

FORMA LITERÁRIA E PROCESSO SOCIAL NO ROMANCE TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA, DE LIMA BARRETO

Progresso de pesquisa em andamento

Grupo de Trabalho 32: Sociologia da Arte e da Cultura

Fernando Matias
Universidade Estadual de Campinas

Resumo:

Este artigo investiga a ironia no romance **Triste fim de Policarpo Quaresma**, do autor brasileiro Lima Barreto (1881-1992). Confiamos que a forma literária deste romance foi estruturada pelo processo social de modernização e construção da nação brasileira de fins do século XIX e começo do XX. Nossa hipótese sustenta que a forma literária criada para cifrar este processo social é irônica, e isto só foi possível de ser captado pela peculiaridade do autor: os fatores de classe, raça e falta de apadrinhamento. Metodologicamente, inspiramo-nos em autores que relacionam literatura e sociedade, rompendo os limites destas barreiras disciplinares mediante a leitura dialética de texto e contexto, ressaltando que o que há de sociologicamente peculiar nas obras literárias é a forma.

Palavras-chave: Lima Barreto. Ironia. Modernização.

1. AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881, na cidade do Rio de Janeiro. O nascimento coincidiu com o dia e o mês em que seria a data da abolição da escravatura no Brasil, em 1888 – última sociedade ocidental a extinguir a forma jurídica da escravidão. A data anunciava o bom agouro, uma miríade de possibilidades para a concretização de sonhos individuais e coletivos advindos não só deste momento de estopim histórico – fruto de várias lutas e resistências –, mas também da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Entretanto, o 13 de maio de 1881 coincidiu, também, com uma sexta-feira, indicando o mau agouro desta infame data: os intransponíveis obstáculos para a concretização dos sonhos individuais e coletivos – principalmente das classes sociais pobres e de grupos excluídos, como negros e mestiços – seria o outro lado da moeda que negaria as possibilidades surgidas com o fim da escravidão, sobretudo as que se referiam à igualdade, justiça e progresso social.

O pai do Autor, João Henriques de Lima Barreto, mestiço de família pobre, foi um culto tipógrafo e também escriturário da Colônia de Alienados na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Em sua juventude, no período monárquico, desenvolveu profundos sonhos para se desenvolver individualmente, pois o horizonte social indicava a possibilidade do fim da escravidão, o que poderia mudar os destinos de negros e indivíduos de origem negra. A mais ambiciosa das aspirações que teve foi tornar-se doutor. E para isto não só estudou como também se qualificou profissionalmente para conseguir um bom emprego e custear seus estudos. Esperava, mediante tais ações, obter ascensão social, alcançar o patamar de doutor e superar os estigmas de sua raça e classe. Não obstante, tais sonhos foram interrompidos devido às suas condições sociais: após casar e ter filhos, João Henriques viu a necessidade de abrir mão de seus sonhos para sustentar a sua família. Suas frustrações pessoais talvez só tenham aumentando o desejo de ver o filho mais velho, Afonso Henriques de Lima Barreto, alcançar tudo aquilo que não conseguiu, e por isto o incentivou fortemente nos estudos, produzindo –

ou até mesmo transferindo – a expectativa de que Afonso Henriques se tornasse doutor e alcançasse distinção social com este título.

A mãe de Lima Barreto, Amália Augusta, também era mestiça. Pelo fato de advir e ser criada na família de Manuel Feliciano Pereira de Carvalho – o “Patriarca da Cirurgia Brasileira” (Barbosa, 2002, p. 39), dispôs de melhores recursos financeiros, e por isto foi educada com grande esmero e refinamento para as condições das mulheres da época – sobretudo se considerarmos as condições sociais das mulheres mestiças. Sua formação a permitiu, após casar com João Henriques, fundar uma escola de ensino primário para meninas, o Colégio Santa Rosa – que funcionava, por questões econômicas, no mesmo local onde a família residia – e aí ministrar suas aulas. Foi com a mãe que Afonso Henriques de Lima Barreto aprendeu as primeiras letras. Ela morreu quando o menino tinha seis anos, e os tratamentos médicos dela antes de falecer alteraram a situação financeira e as condições sociais da família de modo irreversível.

Percebe-se que, desde a infância, nosso Autor foi socializado em um ambiente cultural em que a escolarização, o processo de intelectualização e erudição eram constantes e fortes. Isto se acentuou ainda mais com o auxílio de Afonso Celso de Assis Figueiredo – o Visconde de Ouro Preto. Afonso Celso era amigo e compadre de João Henriques, e se tornou padrinho de Lima Barreto como uma forma de gratidão de João Henriques a esta relação. Isto permitiu a Lima Barreto estudar no Liceu Popular Niteroiense, colégio da elite do Rio de Janeiro (Barbosa, 2002). Em sua infância e adolescência o jovem Afonso Henriques teve uma formação cultural distinta dos outros indivíduos da mesma raça e classe que ele: indivíduos de origem negra e pobres que ocupavam espaços marginalizados na sociedade. O ápice disto se concretizou pelo fato de Lima Barreto ter cursado ensino superior em Engenharia Civil, ingressando em 1897 na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Os recursos culturais e materiais que construíram sua individualidade causavam a sensação de que poderia, mediante a própria capacidade, obter ascensão social. Os anúncios de liberdade para ser o que se desejava que o 13 de maio de 1888 trouxe, não tardou a mostrar sua outra face: a negação da liberdade de desenvolvimento e dos sonhos que daí surgiram. Lima Barreto foi reprovado diversas vezes no curso de Engenharia Civil, muito provavelmente pelas perseguições – de raça e classe – do professor Licínio Cardoso (Barbosa, 2002).

Além das reprovações, a falta de motivação para o curso de engenharia – dominado pela lógica positivista que Lima Barreto criticava, aproximando-o da literatura e filosofia de cunho humanista –, foi decisivo para sua desistência na faculdade o ano de 1903. Seu pai, de súbito, enlouqueceu, nunca mais se recuperando, e Lima Barreto já não contava mais com a proteção financeira nem da influência do padrinho Afonso Celso. Parece-nos que o acaso destes fatos tem grande peso na vida do Autor – o que poderia ser minimizado se sua situação social fosse outra e permitisse estabilidade social. A incapacidade de seu pai para trabalhar fez com que Lima Barreto se tornasse arrimo da família, custeando seus três irmãos, bem como os demais agregados da casa, fazendo do funcionalismo público sua principal profissão.

Ao sair da adolescência ele percebe que os ideais de ter um futuro promissor, construído por méritos individuais, estavam distantes de ser realizado. O abismo existente entre Lima Barreto e as condições sociais em que vivia se fazem sentir como obstáculos intransponíveis: as dificuldades de sua família, os preconceitos raciais, as dificuldades de se sustentar somente a partir da literatura, a frustração de ser funcionário público, a segregação social e geográfica da vida nos subúrbios do Rio de Janeiro etc. Daí surgir um desencontro entre formação cultural e as dificuldades de realização dos objetivos almejados – experiência social que não foi só a de Lima Barreto, mas de uma série de intelectuais negros ou mestiços que viveram em momentos antes e depois da proclamação da República (Bosi, 2002; Schwarcz, 2012).

Socializado em espaços sociais destinados à elite, que em geral se compunha de indivíduos brancos, Lima Barreto teve a educação, desenvolveu a sensibilidade e anseios totalmente ancorados no

movimento da sociedade brasileira de fins do século XIX, que tinha como horizonte a consolidação do estatuto jurídico de liberdade e igualdade indiscriminadamente, anunciando a possibilidade de progresso social. Entretanto, esta educação, sensibilidade e anseios, em última instância, dizia respeito à formação de indivíduos brancos, pois para eles havia reais condições de desenvolvimento social; quando esta formação se fazia em indivíduos de origem negra, que eram pobres e que não dispunham de relações de apadrinhamento, estes indivíduos encontravam relações sociais que atuavam como barreiras para o desenvolvimento de suas individualidades. Sedimentava-se, na própria constituição dos indivíduos, as contradições da Primeira República brasileira: o anúncio de diversas forças sociais coadunadas a negação destas mesmas forças.

Na percepção das elites da sociedade brasileira era impensável ser igual a indivíduos que tinham como origem, dentro da dinâmica social brasileira, serem ex-escravos, fenômeno que tornava os descendentes de negros humanamente inferiores (Florestan, 2008). Assim, as relações cotidianas negava o estatuto jurídico de igualdade que a Primeira República brasileira anunciava. Logo, a própria constituição dos indivíduos demonstrava o conflito social presente nesta República, e se colocar contra o destino social que a sociedade brasileira queria impor para indivíduos pobres, de origem negra e sem apadrinhamento era atuar neste conflito a partir do desejo de transformar a sociedade, romper o *status quo*, e não perpetuar as formas de dominação vigentes.

Para indivíduos com as características de Lima Barreto, a presença de uma ambiguidade social se fez cada vez mais presente. Esta ambiguidade captava a tensão entre o horizonte com uma miríade de possibilidades que a Primeira República brasileira anunciava e o processo histórico e social que perpetuava, sob diferentes formas, a dominação social do regime monárquico, que trazia vantagens para o desenvolvimento social dos indivíduos brancos e ricos e criava desvantagens aos indivíduos de origem negra e pobres.

Diante deste quadro podemos afirmar que o movimento de transição da Monarquia para a República, do regime escravocrata para o trabalho livre, que se torna mais intenso no período de 1880 a 1920, trouxe consigo ideais liberais e o anseio de desenvolvimento social baseado na ideia de progresso. O mesmo 13 de maio que eclodiu como estopim para os sonhos de liberdade, em sua outra face os negava, pois a transformação de uma sociedade de castas para uma sociedade de classes (Ianni, 2004), que poderia eliminar as hierarquias sociais e extinguir as ideias de hierarquias raciais, abrindo espaços para o desenvolvimento da igualdade social e humana, foi logo negada pelos discursos científicos da biologia da época, que limitavam – quando não negavam – o direito à cidadania de negros e mestiços (Schwarcz, 2012). Os critérios de raça e classe se coadunaram, assim, em uma forma perversa de obstáculos sociais, onde a instância material e as ideologias se tornaram forças que atuaram como uma das principais formas de dominação social da sociedade brasileira – formas de dominação que repercutem até os dias de hoje.

A Primeira República abriu possibilidades para a construção de uma nova sociedade – ao menos em seu imaginário – pautada em outra lógica que não a do passado recente deste período – a escravidão e a monarquia –, mas recusou esta alternativa, aderindo a um projeto de construção de nação e modernização social descomprometido com as classes baixas e com os grupos sociais estigmatizados: os negros, mestiços e índios. A relação entre indivíduo e sociedade nesta forma social, como tentamos demonstrar, revela que as tensões e contradições republicanas se fez presente na constituição dos indivíduos, criando neles anseios de desenvolvimento social, porém negando a possibilidade disto se concretizar. O breve esboço biográfico de Lima Barreto delineado acima é um exemplar significativo deste processo social de modernização e construção da nação em fins do século XIX e começo do XX. É preciso entender algumas características, mesmo que gerais, deste processo.

2. PROCESSO SOCIAL DE MODERNIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO BRASIL EM FINS DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO XX

A modernização da sociedade brasileira¹ teve como modelo as sociedades europeias, como a França e a Inglaterra, que eram industrializadas, urbanas e com predominância de indivíduos brancos. A realidade brasileira da época era totalmente oposta: agrária, com índios, brancos, negros e miscigenados – os mulatos, caboclos e cafuzos. Isto propiciou a ideia, tanto para o poder público como para intelectuais, de que havia uma espécie de atraso social, pois havia comparação com as sociedades europeias que valorava a relação com o Brasil a partir das características destas sociedades, e não das especificidades históricas e sociais do Brasil. A consequência disto foi a emergência da concepção de que era necessário superar este vão entre a sociedade brasileira e o modelo social Europeu, aproximando o Brasil da modernidade e da civilização europeia.

Diante do exposto, um dos principais elementos para superar este descompasso entre o Brasil e a modernidade representada pelas sociedades europeias residiu no reordenamento da identidade nacional brasileira, pois nos países europeus o povo, um dos pilares da nação, era branco, e no Brasil os negros e índios – além dos miscigenados – “dificultavam” definir claramente a identidade nacional, sobretudo uma identidade próxima das sociedades europeias. Assim, tornou-se uma questão importante para o pensamento social da época e para os governantes o destino de índios e negros, pois a eles se associavam a ideia de atraso e inferioridade humana – ideia legitimada pelos discursos científicos da época.

Na formação da sociedade brasileira sabe-se que, no desenvolvimento da relação com os colonos portugueses, os índios tiveram suas sociedades totalmente desagregadas, o que diminuiu drasticamente suas populações (Ortiz, 1999). Dos negros – principal força de trabalho sob o regime escravo na Monarquia –, rotulados como atrasados e inferiores, ficou a ideia de não serem aptos para o trabalho livre. Deste modo, para acompanhar o ritmo da história mundial e adentrar de vez no capitalismo, foram necessárias profundas transformações, como abolir a escravidão e extinguir a Monarquia, abrindo espaço para o trabalho livre, a industrialização, a urbanização, a expansão de um mercado interno etc. A escravidão, entretanto, carregou negativamente a visão do trabalho na sociedade brasileira (Ianni, 2004; Ortiz, 1999). A ideia de trabalho livre não estava associada aos negros, e sim ao homem branco, o europeu civilizado e moderno.

Além disto, entre escravos e proprietários de terras na sociedade brasileira do século XIX, havia homens livres que viviam em situação de dependência, fundamentada principalmente nas relações de favor (Franco, 1974; Cândido, 1993) – o que dificultou a ideia e a prática da disciplina no trabalho por conta dos homens livres. Dentro deste quadro, o Estado brasileiro favoreceu a imigração europeia sob a justificativa de garantir nova força de trabalho, apta ao regime assalariado. Percebe-se, entretanto, que por trás da superficial ideia de substituição da força de trabalho de negros e mestiços havia o projeto de branqueamento social, tornando a população mais próxima das sociedades europeias (Ianni, 2004; Seyfrefth, 1996). Este processo social teve forte atuação do Estado, que agiu de cima para baixo, de modo autoritário e tentando ser o demiurgo da sociedade, sob a justificativa de que faltava ao Brasil uma organização da sociedade civil capaz de promover ações que gerassem o desenvolvimento social (Ianni, 2004).

¹ A modernização do Brasil só é construída, de fato, a partir da década de 1930, mas em fins do século XIX e começo do XX é possível captar uma série questões que foram tematizadas e desenvolvidas por diversos autores – às vezes ainda sem “solução”, como a questão da identidade nacional, que seria “resolvida” por Gilberto Freyre (2010) na ideia de democracia racial. Conferir Renato Ortiz (1988). Mesmo na época do Império, com Dom Pedro II, é possível identificar os anseios de modernização presentes na ideia de progresso, daí podermos dizer em um processo social que é muito anterior à década de 1930. Conferir Lília Moritz Schwarcz (2010).

Nem a República com seus ideais liberais, nem a forte atuação do Estado superaram a dominação social realizada pela prática das relações de favor e apadrinhamento. As relações de apadrinhamento e favor entram em cena na dinâmica da sociedade brasileira da Primeira República como uma das formas de dominação social central, pois expressam tensões que geravam barreiras ou favorecimento nas relações entre os indivíduos e sociedade. O reconhecimento, a ascensão e as oportunidades sociais apareciam com intensa resistência para os indivíduos que não possuíam apadrinhamento ou não participavam de relações de favor; para os que faziam parte desta dinâmica era o contrário: abria-se um cenário para o reconhecimento, a ascensão e as oportunidades sociais. Deste modo, a República não só perpetuou a exclusão pela raça e pela classe – sem desprezar as relações de gênero que permaneceram praticamente intocadas –, mas também perpetuou a típica dinâmica social monárquica do apadrinhamento e do favor (Holanda, 1995), dificultando a ascensão social por meio da capacidade individual.

Confiamos que o processo social exposto sobre a modernização e a construção da nação no Brasil em fins do século XIX e começo do XX, mesmo que de modo sintético, indica o solo de uma experiência histórica que alimentou a produção de diversos pensadores sociais e literatos. Lançando luzes sobre temas como a identidade nacional, a miscigenação, a construção da nação, o favor, a relação entre brasileiros e estrangeiros, o campo e a cidade, a Monarquia e a República, além de muitos outros temas, de perspectivas distintas, nomes como Machado de Assis, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Afonso Celso, Graça Aranha, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Paulo Prado, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e tantos outros, criaram textos fundamentais para entender a dinâmica das relações sociais no Brasil em fins do século XIX e meados do XX.

A peculiaridade do Autor que estudamos o possibilitou captar este processo social e representá-lo literariamente de uma perspectiva crítica, que mostrava outras possibilidades para a República e a nação em consolidação. A peculiaridade que nos referimos diz respeito ao local de origem do escritor, que é o Rio de Janeiro de fins do século XIX e começo do XX, ou seja, a capital do país; a socialização deste literato, que conjuga a experiência social de ser mestiço pobre e não dispor de apadrinhamento em sua fase adulta; e inserir-se, a partir do local geográfico do Rio de Janeiro, sob a condição de mestiço, pobre e sem apadrinhamento em um processo social mais amplo, que diz respeito a modernização da sociedade brasileira e a construção da nação.

Assumindo para si a condição de mestiço, de classe social pobre e desprovido de apadrinhamento e relações de favor, ele criou um projeto literário que tinha como função primordial a militância (Barreto, 1956). Por isto procurou compor suas obras com o intuito primeiro de comunicar aos mais simples, de modo claro e objetivo, as verdades que eles não tinham acesso. Seu projeto literário coloca-se, assim, contra as formas de dominação social presentes na Primeira República brasileira, tais como o racismo, a pobreza, as relações de apadrinhamento e favor, o machismo, a segregação geográfica etc.

Deste modo, Lima Barreto figurou, literariamente, as relações sociais da capital do país a partir do ponto de vista dos excluídos e marginalizados, indicando outras possibilidades para o desenvolvimento da modernização e construção da nação brasileira em fins do século XIX e começo do XX. Dentro destas características, o Autor em questão foi capaz de captar este processo social mais amplo a partir do ponto de vista de sua peculiaridade e transpor isto para a figuração literária. Confiamos que este processo social foi cifrado de modo mais harmônico no romance **Triste fim de Policarpo Quaresma** (Barreto, 2011).

3. FORMA LITERÁRIA DO ROMANCE TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA

Esta obra apareceu em folhetins no ano de 1911, e foi publicada em livro somente em 1916. Nela a narrativa se ocupa das desventuras do major Policarpo Quaresma, exímio funcionário público e grande ufanista que vive no Rio de Janeiro. O patriotismo lhe transformou a vida, direcionando seus ideais, sentimentos e ações para a emancipação do país. Para concretizar isto, desenvolve três projetos, expressos pelas três partes em que a obra é dividida e que possuem unidades mais ou menos fechadas em si mesmas, tematizando a esfera cultural, social e política. Estes projetos que o major tenta realizar fracassam, mas potencializam o drama da personagem e dão ao romance uma unidade tripartida altamente estruturada.

Na primeira parte do romance ocorre o projeto cultural. Nesta etapa, o major Quaresma busca elementos que poderiam expressar a verdadeira alma do povo brasileiro, fazendo-o se dedicar à música, ao folclore, a símbolos da natureza como frutas e a manifestações culturais que pudessem representar plena e autenticamente a originalidade do Brasil. Diante disto, Policarpo tenta tornar o tupi-guarani a língua oficial, enviando um projeto para a câmara. Alega que “a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática” (Barreto, 2011, pp. 139-140). O tupi-guarani, “por ser criação dos povos que aqui viveram e ainda vivem” (Barreto, 2011, p. 140), está plenamente adequada ao ambiente e aos corpos dos brasileiros, sendo a língua mais apropriada para a adaptação às terras brasileiras do que línguas estrangeiras, como o português.

Tomado como louco, Policarpo é internado em um hospício. Saindo, vai viver em um sítio, cujo nome é Sossego, com o intuito de concretizar seu segundo projeto, que é agrário: desenvolver plantações sem uso de nenhum elemento artificial, baseado na crença de que temos uma terra ubérrima. Acontece o contrário do que imaginava, encontrando diversas dificuldades para desenvolver suas plantações, sobretudo o confronto com as pequeninas – porém devastadoras – saúvas. O discurso de uma terra ubérrima vai se desfazendo aos poucos em face das dificuldades para fazer florescer a lavoura de Quaresma. Surge a questão: porque uma terra tão fecunda não floresce? A resposta choca-se com os personagens que produzem nas terras onde Policarpo fez seu sítio: negros e mestiços. Dando voz a estes personagens, percebe-se que as terras são avessas à produtividade dos brasileiros, não por eles serem incapazes – como os discursos da época ecoavam de maneira a confirmar a concepção de ciência da época –, mas porque negros e mestiços não possuíam os instrumentos e condições de trabalho adequadas, condições estas que eram dadas aos estrangeiros:

“[Olga] – Você por que não planta para você?

(...)

–[Felizardo] Terra não é nossa... E “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que o governo dá tudo... Governo não gosta de nós...” (Barreto, 2011, p. 225)

Vendo a difícil situação, Quaresma fica crente de que são indispensáveis medidas enérgicas e reformas profundas para emancipar o país, mesmo mediante a necessidade de um governo forte, tirânico até. Sabendo de notícias da insurgência da Revolta da Armada (1893) contra o governo republicano do presidente Floriano Peixoto, Quaresma fica com os olhos cheios de esperança, pois vê a oportunidade de juntar forças ao presidente, figura que, para ele, encarnava as características necessárias para realizar as transformações que a sociedade brasileira necessitava. Policarpo sai do campo e volta à cidade para ajudar Floriano Peixoto a resgatar a ordem e promover o progresso social no Brasil.

Na última parte do romance Policarpo escreve um memorial com várias reformas e medidas necessárias para o melhoramento da agricultura e entrega ao presidente Floriano Peixoto, que desdenha

de tal projeto. Nesta etapa do livro o major começa a questionar sua crença inabalável e ufanista em relação à grandeza do Brasil, pois ninguém o entende ou leva a sério suas propostas, estão todos fechados em interesses pequenos e individuais. Mesmo assim Quaresma continua em sua missão, mas em face aos vários horrores que reinavam na República, sobretudo o autoritarismo e a violência arbitrária do governo de Floriano contra os revoltosos, novamente Policarpo tenta se comunicar propondo mudanças: envia uma carta ao presidente contestando a violência arbitrária cometida contra os revoltosos da armada, mas é visto como traidor da pátria e acaba condenado ao fuzilamento, selando seu triste fim.

A grandeza que Policarpo encarna se volta, nas três partes do romance, contra ele. O narrador, mostrando a ingenuidade de Quaresma, faz com que as situações e relações que envolvem outros personagens ganhem uma dimensão cômica, revelando o descompasso dos ideais pregados pelo major com a realidade. Por outro lado, relativiza o riso provocado pelos personagens que zombam do major, sugerindo a mesquinhez do riso, pois está sempre a negar a possibilidade do desenvolvimento da coletividade e, em última instância, da nação. Assim, de cômico, o riso se torna dramático e, de dramático, torna-se trágico. E isto é realizado pelas mediações do narrador que subverte o riso mediante a ironia, tornando-o trágico e atualizando um potencial crítico à sociedade figurada no romance.

O centro da narrativa expressa a ambiguidade do potencial positivo de desenvolvimento da pátria e da negação deste movimento. Isto é feito pela composição do personagem Quaresma, ingênuo e cheios de ideais comprometidos com o todo nacional brasileiro, que contrasta com outros personagens, mesquinhos e fechados em interesses individuais, sempre querendo se beneficiar de forma privada dos problemas coletivos. A forma de captar esta tensão e de expressá-la foi realizada pela ironia, que, em suma, é a negação da sociedade que construía naquele período histórico. Personagens, enredo, ideias e a narrativa expressam a polaridade entre o potencial positivo de desenvolvimento da nação, que é representado por Quaresma na luta por melhorias sociais que não fazem distinção de classe, raça, região ou qualquer outro tipo de distinção, e dos outros personagens medianos que o cercam, que negam e zombam a busca de Policarpo. A ironia capta, assim, o processo social de modernização e construção da nação no Brasil em fins do século XIX e começo do XX, expressando o que este processo poderia ter sido, mas que não foi.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa abordagem da ironia não fez referência a uma teoria deste recurso de linguagem, mas sim a um momento de síntese entre forma literária e processo social. Toma-se a ironia como um recurso de linguagem que visa comunicar o contrário do que o que foi enunciado afirma (Hutcheon, 2000), porém, o modo de abordá-la foi vê-la como elemento central da composição do romance em questão, que cifrou pela forma literária o processo social. O princípio básico é a ideia de que a relação entre “o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (Cândido, 1975, p. 4, itálicos no original.). O que Cândido afirma é algo muito próximo ao que Lukács (2000, p. 29) já havia anunciado na obra “A teoria do romance”, dizendo que “a forma é o verdadeiramente social na literatura; a forma é o único conceito que podemos obter da literatura e com cuja ajuda podemos proceder às relações entre sua vida externa e interna”.

A forma é o elemento social na literatura pelo fato de que entre o meio social e a obra de arte necessita-se de uma mediação, e esta mediação é realizada no próprio objeto (Adorno, 1986) – em nosso caso a forma do romance. É a forma que revela como a sociedade se sedimenta na obra de arte. A investigação social do romance torna-se, assim, a pesquisa de sua composição, de sua organização interna, pois aí se revela o momento social dela. Antônio Cândido (2009, p. 54) indica três momentos

centrais para o desenvolvimento novelístico: “o enredo e a personagem, que representam a sua matéria; as “ideias”, que representam seu significado, – que são no conjunto elaborados pela técnica”. Logo, o importante não é partir da sociedade para a obra, mas sim ter a obra como ponto de partida. Estas indicações nos fizeram partir da leitura de “Triste fim de Policarpo Quaresma” e extrair dela o elemento que para nós é a determinação central neste romance: a ironia.

Procurando entender a especificidade desta forma literária, percebemos que o modo de sua organização interna traz o nexos com o processo social de modernização e construção da nação no Brasil de fins do século XIX e começo do XX. Investigar esta época nos fez ver que ela serviu de um princípio de generalização temática pra vários autores, mas o que está tematizado em “Triste fim de Policarpo Quaresma” e o modo como isto é realizado nos direcionou a entender a peculiaridade e o local de seu Autor. Embora a exposição de nosso artigo seja apresentada de maneira diversa, a pesquisa partiu do romance, da problematização de sua organização interna, da compreensão de sua forma literária e do jeito como cifrou um determinado processo social, a especificidade deste processo e o modo como permitiu a emergência de determinados indivíduos. Tomando como exemplar disto Lima Barreto, procuramos ver, a partir das relações sociais que ele encontrou neste contexto, a maneira como produziu sua obra. Nossa ideia é a de que só foi possível a este Autor compor a visão de mundo expressa em “Triste fim de Policarpo Quaresma” por ele ter a experiência social das classes baixas, ser mestiço e não dispor de relações de apadrinhamento – elementos que indicamos como a peculiaridade deste indivíduo.

Diante disto, algumas considerações de Auerbach nos foram extremamente importantes. A primeira delas afirma que “toda obra de arte (...) é determinada essencialmente por três fatores: pela época de sua origem, pelo local e pela peculiaridade de seu criador” (Auerbach *apud* Waizbort, 2004, p. 61). Isto nos permitiu entender o mundo social e o indivíduo que possibilitaram a emergência da obra. Esta relação entre objetividade e subjetividade abriu espaço para investigarmos, a partir de outra contribuição de Auerbach (2004), o modo como a realidade é exposta na obra de arte – o que equivale dizer, em termos práticos para nós, como Lima Barreto expôs, em “Triste fim de Policarpo Quaresma”, o processo social que viveu.

O processo social citado foi transposto por Lima Barreto em uma forma literária irônica, indicando que a modernização, o progresso e as transformações sociais impulsionadas pela Primeira República eram apenas superficiais e conviviam com uma intensa exclusão social que fazia permanecer as contradições do regime anterior. Deste modo, a ironia leva para o centro da narrativa estas ambiguidades sociais que conviviam lado a lado e revelavam as tensões e conflitos presentes na Primeira República brasileira.

Confiamos que forma literária do romance pode iluminar a sociedade de seu tempo a partir de questionamentos sobre a construção de uma nação que juridicamente se apresentava de um modo, que era pautado na ideia de progresso social e igualdade, mas, em seu núcleo concreto negava estes ideais. O que a ironia do romance aponta é que a nação que estava em construção negava sua própria identidade, que é fundamentada na matriz indígena, misturada com portugueses e negros (Ribeiro, 1995). A ironia desfaz, ainda, o ufanismo em relação às terras brasileiras, desmistificando a ideia de atraso e inferioridade social de negros e mestiços, trazendo à cena as condições sociais adversas em que os indivíduos do campo viviam, enquanto o governo não só favorecia a vinda de imigrantes europeus como lhes dava as condições sociais necessárias para produzirem. Além disso, a ironia foi a solução artística que Lima Barreto encontrou para denunciar a atuação autoritária do poder do Estado nacional e sua tentativa de ser demiurgo da sociedade. Por fim, a ironia expressa no romance demonstra que o Brasil que se procurava construir na época da Primeira República, pautado no progresso social e na igualdade, era apenas um mito.

5. BIBLIOGRAFIA

- Adorno, Theodor. (1986). Teses sobre sociologia da arte. Em: Cohn, Gabriel (org.). *Theodor W. Adorno: sociologia*. São Paulo: Ática, 108-114.
- Arantes, Paulo. (1992). *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Auerbach, Erich. (2004). *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Barbosa, Francisco de Assis Barbosa. (2002). *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Barreto, Lima. (2011). *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1956). *Obras completas de Lima Barreto – 17 volumes*. Barbosa, Francisco de Assis Barbosa (org.). São Paulo: Brasiliense.
- Bosi, Alfredo. (2006). *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.
- _____. (2002). *Literatura e resistência*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Camargo, Silvio César. (2010). Experiência social e crítica em André Gorz e Axel Honneth. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25 n. 74, outubro, pp. 107-120.
- _____. (2006). *Modernidade e dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea*. São Paulo: Annablume / Fapesp.
- Candido, Antônio (2009). “A personagem de ficção”. Em: _____ (et al.). *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectivas, 53 – 80.
- _____. (2006). *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul.
- _____. (2000). *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática.
- _____. (1993). *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades.
- _____. (1975). *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional.
- Carvalho, José Murilo de. (1998). *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Costa, Emília Viotti da. (2010). *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP.
- Coutinho, Carlos Nelson. (2000). *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Fernandes, Florestan. (2008a). *A integração do negro na sociedade de classes – volume 1*. São Paulo: Globo.
- _____. (2008b). *A integração do negro na sociedade de classes – volume 2*. São Paulo: Globo.
- Franco, Maria S. de Carvalho. (1974). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática.
- Freire, Gilberto. (2010). *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global.
- Ianni, Octavio. (2004). *Pensamento social no Brasil*. BAURU: Edusc.
- Holanda, Sérgio Buarque de. (2005). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hutcheon, Linda. (2000). *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lukács, Georg. (2000). *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34.
- _____. (2010). *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular
- Machado, Maria Cristina Teixeira. (2002). *Lima Barreto: um pensador social na primeira República*. Goiânia: UFG / São Paulo: EDUSP
- Ortiz, Renato. (1999). Da modernidade incompleta à modernidade-mundo. In: *Ideias*, Campinas, n.6, 145 – 172.
- _____. (1988). *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.

- Ribeiro, Darcy. (1995) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sevcenko, Nicolau. (2003). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Edição revista e ampliada. São Paulo, Brasiliense.
- Schwarz, Lilia. (2012). Moderna República velha: um outro ano de 1922. *Revista IEB*, São Paulo, n. 55, 59–88.
- _____. (2000). *As barbas do imperador: D. Pedro, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarz, Roberto. (2007). *Ao vencedor batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2000). *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34.
- _____. (1999). *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1987). *Que horas são? : ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Waizbort, Leopoldo. (2007) *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- _____. (2004). Erich Auerbach sociólogo. In: *Tempo Social*, USP, São Paulo, v. 16, n.º 1, jun., 61-91.